

**UNITED STATES DISTRICT COURT
IN THE
SOUTHERN DISTRICT OF FLORIDA**

CASE NO: 12-cr-60049-KMW
CASE NO: 17-cv-62428-KMW

ROGERIO CHAVES SCOTTON,)
Defendant,)
)
vs.)
)
)
UNITED STATES OF AMERICA,)
Respondent.)
)

Em 15 de março de 2012, o piloto de corridas Rogerio Scotton foi preso sob falsa alegação de fraude postal e declaração falsa. Após dois anos ultrajantes pré-julgamento, o julgamento de Scotton começou.

Depois de ficar sem dinheiro, Scotton recebeu três advogados diferentes nomeados pelo Tribunal que querem forçá-lo a entrar em um acordo de apelo, apesar de sua inocência. Nenhuma investigação foi conduzida pelos advogados, nem houve entrevista de testemunha. Os advogados se recusam a inspecionar a descoberta do governo, incluindo as planilhas não verificadas e imprecisas, apresentadas ilegalmente durante o julgamento, violando o Fed. R. Crim. P. 6001.

O juiz de viés, por outro lado, insistiu em sugerir que Scotton não cooperasse com os advogados designados. A declaração do juiz e a constatação das questões do advogado não têm mérito e não são suportadas pelas evidências.

Durante o julgamento, o governo (promotor) alterou ilegalmente a acusação, violando os direitos de processo devido a Scotton. Introdução de 27 pacotes em tribunal aberto, sugerindo serem os pacotes mencionados na segunda acusação substituta que foi entregue no Brasil. NENHUMA PERDA MONTADA . Além disso, o governo introduziu inúmeras planilhas não verificadas e imprecisas, contendo milhares de pacotes enviados ao Brasil sob numerosas e diferentes contas de remessa. Scotton se opôs à introdução das referidas planilhas, afirmando que não havia recebido antes do julgamento, conforme exigido pelo

Fed. R. Crim. P. 6001. O juiz anulou as objeções e declarou falsamente registrado que o governo já havia fornecido as planilhas durante o processo de descoberta. ISSO É ABSOLUTO FALSO.

Quando o governo introduziu planilhas não verificadas e imprecisas, Scotton informou ao juiz de viés que ele não recebera tais nem teve a oportunidade de inspecionar a precisão. O governo fornece ao Tribunal a garantia de que isso foi dado sob a descoberta do CD. Portanto, seis das descobertas do CD do governo estavam em branco (vazias). Depois que o juiz inspecionou esses CDs e concluiu que os CD estavam em branco, o juiz do BIAS ordenou que o jurado saísse da sala do tribunal, depois avise o promotor de justiça para ir ao seu escritório e crie uma nova cópia dos CDs e forneça tais informações para Scotton. Apesar desse julgamento já ter começado, Scotton teve a oportunidade de inspecionar os referidos CDs.

O juiz anulou as objeções de Scotton contra as planilhas ilegais e permitiu que o governo enganasse o júri, introduzindo evidências falsas.

O juiz sugeriu falsamente no registro público que Scotton não apresentava nenhum comportamento adequado em relação aos advogados designados pelo Tribunal. Portanto, NINGUÉM ÚNICO INSPECIONOU A PLANILHA DE PRECISÃO E NUNCA REVER OS CD DE DESCOBERTA. O fato de esses CDs estarem em branco demonstra claramente e estabelece que NINGUÉM ADVOGADO INSPECTOU. Isto apesar de que todo advogado sugeriu passar horas revendo os CD 's descoberta como forma de acusação do Tribunal de serviços jurídicos alegados fornecido para Scotton sob th e comprovantes CJA. QUE FRAUDE PARA A DESPESA DOS IMPOSTOS.

Scotton afirma que inúmeras condutas ilegais foram feitas para garantir sua condenação a qualquer custo. De fato, agora ele poderá fornecer aqui todas essas fraudes, o viés do juiz por má conduta do governo, a intimidação de testemunhas feita pelo agente do FBI Roy Vanbrut e outros.

Scotton cumpriu mais de oito anos de prisão sob uma sentença imposta em violação à constituição dos EUA. Durante o tempo na prisão, ele estudou direito e tentou provar sua inocência. A sentença ilegal de vários outros reclusos recebeu assistência de Scotton, o que resultou em numerosas reduções de sentença, termos vagos e anulação de casos.

Hoje, o habeas corpus de Scotton ainda está pendente de resolução em frente ao Tribunal Distrital do Sul. Ver ROGERIO CHAVES SCOTTON vs., ESTADOS UNIDOS, processo nº: 12-CR-60049-KMW. Esta seção 2255 foi arquivada em 11 de dezembro de 2017. Três dias após a apresentação, o juiz Juiz Patrick apresentou seu relatório de recomendação de que tal moção deveria ser negada, sugerindo que Scotton já havia apresentado um habeas corpus e que ele precisava obter autorização do Tribunal de Recursos para arquivar um segundo. Em 28 de dezembro de 2017, o BIAS e o juiz corrupto Federico Moreno negaram que Scotton habeas corpus adotasse o relatório do Magistrado.

Scotton se opôs a ambos, a decisão do magistrado e do juiz sob quatro (4) moções diferentes que Scotton mencionou que o Supremo detém em CASTRO vs. ESTADOS UNIDOS. O Tribunal Distrital do Sul ignorou completamente a lei e negou a Scotton seus direitos constitucionais.

Sem nenhum outro recurso, Scotton solicitou ao Tribunal de Apelações do Décimo Primeiro Circuito uma revisão sobre a ilegalidade de sua seção 2255 do habeas corpus, apresentou uma ação contra o juiz Moreno no distrito sul da Geórgia e apresentou uma moção para remover o juiz Moreno do caso em questão. 445 e 143 para preconceito, racismo e discriminação.

Depois de quase dois anos, a Décima Primeira Corte de Apelações concordou com Scotton e desocupou e reverteu a ordem de negação do juiz Moreno, que resultou também que o juiz Moreno foi removido do caso quando o BIAS foi claramente estabelecido.

Em 27 de abril, o juiz William reabriu o caso e ordenou que Scotton alterasse sua seção 2255 e que o governo respondesse às alegações apresentadas sob a moção.

Em várias ocasiões, Scotton solicita ao Tribunal e também ao escritório do secretário uma cópia de todos os vales dos advogados CJA. O Tribunal se recusa a divulgar o referido registro público, que é uma evidência crucial da assistência ineficaz da evidência do advogado.

O governo mais uma vez foi endossado pelo Tribunal e autorizado a violar mais regras. Normalmente, há uma limitação de 15 páginas permitidas ao governo para responder às alegações. Com a aprovação do Tribunal, o governo respondeu enviando uma resposta de 91 páginas que mais uma vez não abordou nenhuma das questões constitucionais substanciais levantadas por Scotton em seu pedido de justiça. Em vez disso, o Tribunal recebeu 91 páginas cheias de mais fumaça e espelhos. Nada mais do que nenhum sentido de um mago do tribunal que não tem mais nada em sua mochila.

Tudo isso depois de Scotton já cumpriu todo o prazo imposto em violação de SEUS DIREITOS CONSTITUCIONAIS.

Nesse caso, o governo embarcou constantemente em um processo incorreto claro, ilegal e conciso quando emitiu a segunda acusação substituta contra Scotton. O governo insistiu em um julgamento, que parece, por parte do promotor, envolver um jogo de PEGAR-ME SE VOCÊ PODE.

A busca da verdade tem sido ultrapassado com um objetivo singular. O objetivo de vencer a qualquer custo.

Em 15 de novembro de 2019, a Homeland Security (ICE) serviu Scotton no formato I-851 e I851 A (com a intenção de emitir uma ordem de remoção administrativa final e uma ordem de remoção administrativa final). Ambas as notificações foram emitidas em 13 de novembro de 2015. Em 25 de novembro de 2019, Scotton apresentou ao Tribunal de Apelação um pedido de revisão judicial do Departamento de Segurança Interna, decisão errônea de classificar Scotton como um criminoso agravado com base exclusivamente na restituição. O governo evita abordar as alegações de Scotton e, usando manobras processuais, fornece ao Tribunal falsas garantias de que todas as ordens administrativas foram rejeitadas. No entanto, no mesmo dia apresentou outra ordem administrativa final contra Scotton. Essa nova ordem de remoção administrativa final foi emitida em 17 de janeiro de 2020 e foi veiculada em 29 de janeiro de 2020. Além disso, em 13 de março de 2020, uma terceira ordem de remoção administrativa final foi apresentada contra Scotton.

Em 13 de maio de 2020, 23:00, Scotton foi algemado e algemado por agentes da ICE. Scotton foi então preso ao aeroporto de Atlanta, onde foi colocado em um marechal americano na Louisiana.

Ao chegar à Louisiana, Scotton foi retirado do avião e colocado ao lado de outro avião por mais de 2 horas sob chuva, algemado e algemado. Scotton foi então colocado dentro de outro avião com destino a El Paso, Texas. No Texas, Scotton foi colocado dentro de um ônibus preso por mais de quatro (4) enquanto algemado e algemado.

Ele foi colocado contra outro avião dentro do destino final para o Brasil. Scotton foi algemado e algemado durante todo o voo . Terceiro minuto antes da chegada ao Brasil, os marechais americanos começaram a pegar as algemas e as algemas.

Scotton afirma que sua remoção dos Estados Unidos era ilegal, uma vez que ele afirma que sua condenação não é classificada como criminoso e seno agravado, porque há duas petições pendentes no Tribunal de Apelações, uma seção 2255, e um pedido I-130 apresentado por sua mãe em seu nome.

Scotton afirma que ele foi deportado dos Estados Unidos com a roupa nas costas, apesar do fato de ele solicitar ed para ser autorizado a ir para casa e pegar sua roupa pessoal que está em sua casa mãe. Isso foi negado e durante a pandemia do COVID-19.

Agora, Scotton está movendo esta comunidade e nação para ajudá-lo a levantar fundos, mantendo uma equipe de leis, investigando a tentativa de provar sua inocência.

Ajude-nos a angariar os fundos necessários para que a Scotton possa fazer justiça . Compartilhe essa causa.